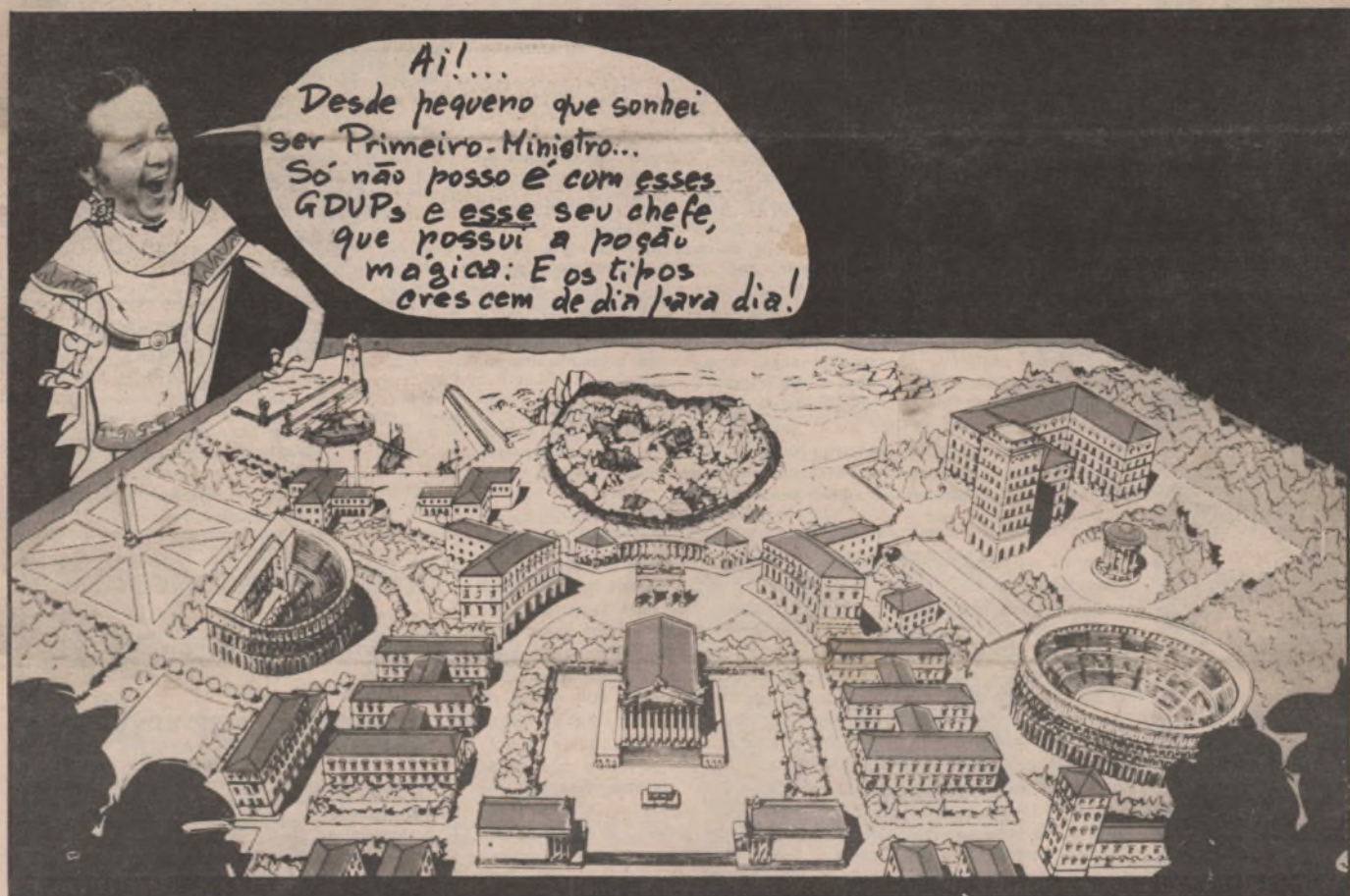


# Revolução



## ENTREVISTA

**"Intensificar  
o trabalho unitário  
através dos GDUPs**

Pág. 5

## MORREU MARIO SANTUCHO

**"Por cada homem  
que cai muitos outros  
se levantam"**

Pág. 11

**Sobre o anexo do relatório do 25 de Novembro**

Págs. Centrais

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO  
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

## Carta de um ex-militante do Partido Socialista

Camaradas:

Gostaria de me dirigir muito particularmente aos camaradas trabalhadores que, enganados pela demagogia de alguns dos seus dirigentes, estão organizados no Partido Socialista. Também, durante quatro anos, militei nas fileiras desse partido e na Acção Socialista que o precedeu. Desengano já «socialismo» pregado pelo Partido Comunista e conhecedor das manobras cupulistas que caracterizam a sua acção, julguei encontrar no «democratismo» e no «socialismo» do sr. Mário Soares a alternativa de que a nossa classe precisava e considero terrível o tempo que levei a aperceber-me do logro em que caíra. Desejo por isso contar algumas das experiências por que passei na esperança de contribuir para que esses camaradas mais rapidamente se apercebam da manipulação de que estão a ser vítimas.

Quanto ao «socialismo» (não social-democrata) do P. S., bastará contar um pequeno episódio. Ainda antes do 25 de Abril, participei numa reunião em Londres em que estavam presentes vários dos actuais dirigentes do P. S.: Mário Soares, Campinos, Tito de Morais, Ramos da Costa, Jaime Gama, etc. Como representante do núcleo de emigrantes da Alemanha, participei um camarada operário. O social-democrata Willy Brandt tinha ganho tinha ganho há pouco as eleições nesse país e o nosso camarada apresentou um relatório em que dizia que as esperanças dos trabalhadores de que o nosso Governo contribuisse para a melhoria da situação dos trabalhadores estavam a ser completamente frustradas. Enquanto o ouvia, o sr. Mário Soares escreveu um bilhete que fez depois circular à volta da mesa: «Este senhor não volta cá!»

Quanto aos métodos «democráti-

cos» desses senhores e desse partido, lembro-de de outra história. Uma semana depois da queda do fascismo, os núcleos do estrangeiro do P. S. foram convocados para uma reunião em Bruxelas. Eu fui como representante do núcleo de Londres. Tratava-se de decidir qual o comportamento do P. S. frente ao problema dos saneamentos a levar a cabo nas embaixadas e consulados. Com surpresa para nós todos, ao chegarmos ao aeroporto de Bruxelas compramos o **República** e lemos... as conclusões da reunião que iamos ler! O dr. Loureiro, que era o organizador da reunião explicou-nos: «Era necessário dar a conhecer a posição do P. S. rapidamente... tomei a liberdade de pensar por vós!» «Mais tarde percebi que a operação se destinava a colocar depressa militantes nos lugares deixados vagos pelos saneados.

Mas o que mais me chocou na minha experiência de contacto directo com esses senhores foi verificar que tendo o P. S. núcleos de emigrantes um pouco por toda a parte, nunca conseguiu formar um em Paris, onde a maioria dos dirigentes vivia! Quando os interrogávamos a esse respeito, argumentavam sempre que o tipo de vida dos portugueses que ali viviam não lhes permitia organizarem-se politicamente. Ora eu sabia que outras organizações políticas actuaram em Paris, com grupos organizados e até publicavam jornais. O problema era outro. Trabalhar com os emigrantes significa visitar os bairros de lata onde moram, misturar-se com eles — e isto não podiam esses senhores fazer!

A sua ligação às classes trabalhadoras é pura demagogia.

Faço votos para que os camaradas trabalhadores ainda no P.S. compreendam rapidamente o engano em que estão.

H. B.

Revolução

# Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

Semestral 90\$00  Anual 180\$00  PAGAMENTO

Estrangeiro

Semestral 300\$00  Anual 600\$00  Em cheque   
Em vale

# Lê assina divulga Revolução

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670  
DELEGAÇÃO DO NORTE  
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

### LIVRARIAS REVOLUÇÃO

#### CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lím — A. Horário — das 12  
às 14 horas e das 16.30 às 22

#### ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às  
20 horas.

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 VIANA DO CASTELO — Rua de  
Tel. 315759/315796 Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374  
Telefone: 931925 BARCELLOS — Av. Liberdade 60 r/c  
Telef. 830099

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº 33 COVILHÃ — Rua Visconde de  
Marinhão, nº 60 — Tel. 25542  
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, nº 65 CASTELO BRANCO — Rua de  
Santa Maria, 10  
ARGEIA — Tel. 921669 S. JOÃO DA MADEIRA — Rua  
Jaime Afreixo, nº 142  
Telefone: 24149

#### ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, nº 40 SACA VEM — Largo 5 de Outubro,  
nº 16-17 Tel. 2512807  
ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 — Algés de Cima  
Tel. 2100337 AMADORA — Rua Gonçalves  
Ramos, nº 40 Tel. 939525  
PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade 1 Tel. 2474147 CACÉM  
Rua de Paço de Arcos, Lote 16

#### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL — Rua Jorge de Sousa COVA DA PIEDADE — Estrada  
Nacional, nº 10 Tel. 2763267  
SETUBAL — Praça do Bocage, 3 /2763397/2763122  
BARREIRO — Rua dr. Eusébio LEONARDO DA LOMBA  
Leão, nº 31 Tel. 2076745 Rua de Gp., 21-A  
LAVRADIO — Rua dr. José Carca- SINES — Rua Marques de Pombal,  
no Lobis, nº 12 nº 86 — Tel. 62880  
TORRÃO — Horla Seca

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, nº 21 Tel. 24998 BEJA — Rua Alexandre Herculano,  
nº 29 Tel. 24654  
ALJUSTREL — R. da Liberdade,  
nº 13, Aljustrel

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — R. Reiitor Teixeira Guedes, OLHÃO — Rua 18 de Junho,  
35 - Tel. 24 13/ nº 64-B-C  
LOULÉ — Av. José da Costa Mea-  
lha, nº 39-1º Tel. 63043  
PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio  
ESTOMBAR — F. D. Pedro  
Estômbar, 5  
MOCIMBUQUE — Estrada da Foia,  
5, Moçimbuque

#### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

# Um "DIA" na vida do cidadão indigitado para Primeiro-Ministro

Finalmente Mário Soares conseguiu aquilo que há tantos meses desejava ser 1.º-Ministro e governar «orgulhosamente só».

Para tal conseguir teve, que fazer as grandes alianças com a direita (CDS e PPD) e demarcar-se definitivamente do PC, o que lhe veio a dar o apoio de algumas organizações maoístas.

Tal acção custou ao PS grandes problemas internos, mais precisamente o desmoronar do Partido, que nas eleições presidenciais se dividiu entre Eanes, Pinheiro, Otelo e a abstenção. Mas isto para Mário Soares parece não ser importante, pois o que lhe interessa realmente são os compromissos assumidos com a direita portuguesa e o imperialismo americano.

É nesta base que assistimos à «espectacular» entrevista que ele dá ao jornal «O Dia» (jornal bem conhecido pelas posições ultra-reaccionárias que toma) na qual, Mário Soares não engana ninguém, e descobre-se totalmente da sua capa «socialista».

Fala do programa do seu Governo, e é bem notória qual a solução que Soares propõe para a crise económica do nosso país — uma maior submissão ao imperialismo, através do investimento estrangeiro, e a recuperação do capitalismo através da incoerência da iniciativa privada.

Para Soares há que praticar uma política de concórdia e salvação nacional (já Spínola dizia o mesmo, e por isso fez o 11 de Março...), e portanto é necessário «... passar uma esponja sobre este passado desagradável da vida portuguesa e que permitisse repetir o espírito do 25 de Abril, esquecendo o que se passou, quer no 11 de Março, quer no 25 de Novembro», e é por isso que ele acha que «o general Spínola deveria regressar ao País».

Neste ambiente de concórdia nacional ai iremos ter o fascista Spínola

que o «socialista» Soares irá receber de braços abertos.

Mas se Soares acha por um lado, que Spínola deverá ficar sujeito ao julgamento do 11 de Março como qualquer cidadão está sujeito às leis, por outro lado está contra aos julgamentos políticos porque estes só «... servem os réus e nunca aqueles que os manda fazer».

Na realidade, Soares quer assim salvar Spínola do julgamento e por outro lado não está interessado no julgamento do 25 de Novembro pois este viria a pôr em causa quem neste momento tomou o poder, quem na realidade esteve implicado no golpe reaccionário de 25 de Novembro.

Mas o que é certo é que os trabalhadores não esqueceram o que foi o 11 de Março e o que foi o 25 de Novembro e sabem que se as suas lutas foram ameaçadas por Spínola em 11 de Março, sabem também que em 25/11 houve um golpe que foi reaccionário, e que tudo aquilo que foi conquistado antes, agora lhe querem tirar, desde as casas às terras.

A alternativa de Soares, não é a alternativa dos trabalhadores, elas opõem-se uma à outra.

A alternativa de Soares é a recuperação capitalista, é a submissão ao imperialismo, é a repressão, é o abrir do caminho para o fascismo.

A alternativa dos trabalhadores é acabar com os meios de produção capitalista, é cortar com o imperialismo, é tomar o poder.

## NOTAS BREVES

### DIFICULDADES DO PS

Embora se anuncie para a próxima sexta-feira a tomada de posse do chamado 1.º Governo Constitucional (quanto tempo durará este Governo do PS?), têm sido por demais evidentes as dificuldades encontradas por Mário Soares no preenchimento completo do seu Governo.

Sendo assim, é muito provável que, à semelhança do que sucedeu com o 5.º Governo Provisório, apenas alguns ministros e secretários de Estado venham a tomar posse na referida data, devendo os restantes elementos tomar posse posteriormente.

As dificuldades que o secretário-geral do PS tem encontrado derivam da escassa margem de manobra que lhe permitem as divergências do seu partido.

Todavia, é fácil descartar um vector dominante — o 1.º Governo Constitucional traz a hegemonia da ala direita do PS. Provavelmente o destaque dado nos contactos políticos com outros partidos, ao direitista Vítor Cunha Rego (elemento do PS até há pouco director do «Diário de Notícias», onde assinou prosa da mais reaccionária), bem como a inclusão em diversos ministérios de elementos reconhecidamente direitistas no seio do PS (caso de Sottomayor Cardia e Manuel Alegre). Por outro lado, os GIS (ex-MES) não foram contactados oficialmente.

## EXÉRCITO — SUPORTE DA BURGUESIA

# A tomada de posse de Rocha Vieira

A nomeação de Rocha Vieira para chefe do Estado Maior do Exército veio contrariar alguns clans de direita dentro deste ramo das F. A., uma vez que Rocha Vieira, antigo director da Arma de Engenharia, pertence assim a uma arma considerada «intelectual» mais ou menos afastada das armas propriamente ditas e a sua presença elimina, por exemplo, a de qualquer homem de cavalaria pertencente ao clan Spínola. Esta é uma concessão de Eanes aos moderados, uma vez que já tem na Marinha (Souto Cruz) e na Força Aérea (Morais e Silva) homens que se situam na extrema direita do Conselho da Revolução e uma vez que Firmino Miguel, personagem do Estado Maior Spínolista, e grande obreiro do 25 de Novembro, será o Ministro da Defesa do Governo PS.

É este pois o jogo deste Poder que ainda não se pode afirmar fascista, mas que necessita de sucessivas escaladas no autoritarismo e na concentração de força.

Esta contradição entre o Exército que existe e o Exército de que necessitam está bem expressa no discurso de Ramalho Eanes na tomada de posse de Rocha Vieira.

«A hierarquia e a disciplina ainda não atingiram o ponto de equilíbrio». «O exército está ainda convalescente da grave doença que o abalou estruturalmente até Novembro de 75» e aí aparecem os conceitos de hierarquia e de disciplina que dizem respeito a um exército burguês. A hierarquia é estabelecida pelas classes em que têm origem os homens que compõem o exército. Salvo raras excepções os filhos dos trabalhadores vão para cabos e serão sargentos (lateiros) só com grande sorte, enormíssimo esforço e cunhas chegarão a tenentes depois de velhos. Os filhos da burguesia sairão da Academia Militar para ser oficiais e mandar nos sargentos, nos cabos e nos soldados. E dentro destes oficiais saídos da Academia só chegarão a generais aqueles cuja família, ambiente social, capacidade

de adaptação ao regime que servem, os transformar em eleitos.

Ao contrário desta estrutura do Exército burguês, o exército Revolucionário é formado por homens que a partida são todos iguais. Dentro deles serão escolhidos pela capacidade de organização pela coragem, pela capacidade de comando, pela aptidão técnica aqueles que hão-de dirigir pequenos ou grandes grupos — Os Comandantes.

«...A hierarquia e a disciplina ainda não atingiram o ponto de equilíbrio requerido pelo Estado de direito democrático que somos e pelo Socialismo em democracia e em que liberdade desejamos construir» diz Ramalho Eanes.

Este Estado de Direito de que se fala, conceito muito querido da Direcção do PS «que não sabemos porque carga de água se diz Marxista» é o estado de que classe: do Proletariado ou da Burguesia? Pois não há Estados neutros como não há exército dos neutros; ou obedecem a uma classe, ou obedecem a outra — foi assim desde que existe Estado. E qual é a «democracia» e qual é a «liberdade» e qual é o «Socialismo» de um exército onde capitão obedece ao general



1404... o substituto de Eanes. Mas o Exército está ainda convalescente da grave doença — a democracia

e onde o soldado obedece ao capitão, sem que ninguém o tenha consultado sobre as razões dessa obediência, dessa disciplina?

E mais uma vez, o general Eanes homem forte do Comando do 25 de Novembro, confessa os propósitos deste golpe: «O 25 de Novembro foi pois o ponto final dessa indefinição, que pretendia que a política fosse também uma oposição sectariamente vivida entre militares isolados ou associados a «grupúsculos extremistas» ou partidos de vocação totalitária».

O 25 de Novembro foi pois o ponto final de um exército, que sendo burguês se estava a deixar atravessar por uma onda revolucionária que segundo a burguesia, o «subvertia». Infelizmente manteve-se sempre nessa indefinição, nessa ilusão para alguns de que se pudesse transformar num exército revolucionário, o que permitiu realmente o «25 de Novembro».

«Mantido... em «quarentena» de indefinição» diz o general. E aí tem razão... só que para nós a definição se deveria ter feito no sentido revolucionário; e para ele se deve fazer no sentido burguês. Mas... o exército está ainda convalescente da grave doença». Dai este poder não ser capaz ainda de ser fascista, daí o nosso espaço de manobra, daí o tempo que é permitido aos trabalhadores e aos revolucionários para se organizarem.

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: QUEM CONTRA O PS?

Enquanto o CDS afirma expressamente que se irá abster aquando da apresentação, na Assembleia da República, do Programa de Governo do PS o PPD entende que deverá manter «uma posição que tanto poderá ser de oposição crítica como de apoio construtivo a certas medidas».

Não parece, pois, que, pelo menos a curto prazo, o PS enfrente dificuldades com os partidos de direita.

Outro tanto sucede nas relações do PS com a UDP (que parece mostrar-se espantada por não lhe ter sido concedido o estatuto de grupo parlamentar; é assim a democracia burguesa...) Deste modo, nada, indica que a UDP se oponha ao programa dito «socialista» do Governo do sr. Mário Soares! Trata-se, no fundo, da estafada tese de pretender obrigar a direcção do PS a cumprir o seu Programa social-democrata!

Quanto ao PC, que com todo o seu revisionismo já se vai dando ao luxo de, nas páginas de «O Diário», pretender ultrapassar a UDP pela esquerda, não será também de estranhar que, em nome da tão desejada «maioria de esquerda» não vote contra o PS quando esta apresentar o seu Programa de Governo na Assembleia.

Se assim for, será que todos se absterão perante o Governo do PS?

### A CIP ESTÁ COM O GOVERNO PS

O presidente da organização dos capitalistas portugueses, CIP (aqui não se chamam «empreendedores», chamam-se «industriais») afirmou, após um encontro entre os patrões e Soares ontem no-Porto, que o Governo PS tinha obtido um «voto de confiança dos industriais portugueses».

Já estamos a ver o próximo «slogan» do PS «Os patrões conosco».

Enquanto isto, Amantino Sabino e Kalidás Barreto (os dois do PS) publicaram no «DL» um «esclarecimento» onde, de facto, se esclarece que dentro do PS existe uma ala de esquerda que luta contra o crescente direito da direcção; os trabalhadores que ainda estão no PS entram na luta reivindicativa e, entram nos GDUP's.

«Os patrões estão com o Governo PS», os trabalhadores estão com a Revolução Socialista, o Governo PS já está na prateleira, o fascismo avança.

e a actualidade nacional

**A UDP APOIA O GOVERNO PS**

**Facto grave para a unidade revolucionária**

Em princípio aceitamos as ideias do P.S. de constituir um Governo homogéneo Socialista ao contrário do que se tem dito e pensamos que não é necessário que esse Governo caia passado um mês ou dois

— Disse Acácio Barreiros, deputado da U.D.P., à saída do encontro, que teve lugar entre uma delegação deste partido e uma delegação do P.S.

Grave afirmação para uma organização que habitualmente é incluída na esquerda revolucionária e cujos militantes integram o Movimento dos GDUPs. Grave porque distancia cada vez mais essa organização duma posição revolucionária (mas isso é o menos, é lá com eles!), mas grave sobretudo porque a distancia da posição assumida pelo Movimento de Unidade onde estão incluídos os seus militantes.

Dada a situação económica do País (será que um dia, a U.D.P. será capaz de fazer uma análise económica? É o mínimo que se pede a um materialista!) o Governo P.S. será um Governo de individualismo ao Imperialismo e de organização da repressão contra os trabalhadores. O aumento de preços, a regulamentação das Comissões de Trabalhadores o pseudo «controle operário» que prefariam este VII Governo, são já o anúncio das medidas que eles serão obrigados a tomar. Pois não resta outra saída a um Governo que se mantem no sistema capitalista, que se integra na «Eu-

ropa connosco», ou seja o Imperialismo. Será que a U.D.P. considera este Governo um Governo «patriótico e antifascista»? Então o que é isso de patriótico e antifascista? Pelo nosso lado não conhecemos outra raça de Governo capaz de solucionar a grave crise do País, que não seja um Governo Revolucionário, que altere as relações políticas e económicas com o estrangeiro, que plantifique distribuindo sacrifícios por todos e não só pelos trabalhadores, enfim um Governo que possa iniciar uma época de transformação revolucionária e não um Governo de conciliação e camuflagem, que prepara o regresso do fascismo (enquanto se preparam as forças repressivas e se oleiam as máquinas).

A que se deve esta aceitação do Governo P.S. por parte da U.D.P.?

Virá decerto na sequência lógica da sua filiação maquista que embora não directamente ligada ao Estado da República Popular da China vai-lhe beber por via indirecta a inspiração.

Para a China há o Terceiro Mundo onde se inclui, há o Primeiro Mundo



... O Governo PS será um Governo de individualismo ao Imperialismo? Será que a UDP considera este Governo um Governo «patriótico e antifascista»?

e há o Segundo Mundo que é exactamente a «Europa Connosco» ou seja a China procura uma aliança táctica com a Europa capitalista, para enfrentar o seu inimigo principal (a União Soviética) e o seu inimigo secundário (os Estados Unidos da América). Nesta aliança com o segundo mundo incluem-se portanto todos os namoros às forças sociais democratas. E aí temos a U.D.P., com o seu Mao inscrito na idolatria e com a Albânia como padroeira, a seguir o caminho de estratégias estrangeiras. Voltamos a perguntar: que partidos há aqui em Portugal que sejam realmente nacionais e não estejam a obedecer a mãozinhas longínquas?

E de aliança táctica em aliança táctica, temos visto a China a seguir o caminho duma política externa reac-

cionária. E atrás dela, com mais ou menos contradições, seguem, os partidos de inspiração chinesa, tal como acontece a esta U.D.P., cujos militantes podem ter na base um comportamento revolucionário, podem ser bons militantes do proletariado, mas cuja inspiração teórica acaba por destilar os comentários de direita sobre Angola e os Cubanos, de que o «25 de Abril do Povo» tem sido eco. E acaba por «aceitar» este Governo P.S., Governo à cabeça anti-operário.

Mas a U.D.P., a inspiração chinesa e as suas contradições são uma coisa.

Outra coisa é o Movimento de Unidade onde estão os GDUPs, o qual tem opiniões e posições contrárias a esta. Qual vai ser pois a evolução deste debate? Mas uma coisa é certa — ele tem que se fazer.



**FUNCHAL**

**O Sr. Bispo evangelista**

O Bispo do Funchal cuspiu uns desabafos para «O Dia», que se sentiu muito «honrado» com isso. Depois de mostrar o seu receio pelos «aventureiros otelianos» e considerar que Melo Antunes defendeu «um comunismo radical, tipo 1917», disse que não se dedica à política (claro!) e que prefere a evangelização. Não sabemos como se evangeliza, mas lendo a entrevista, que tem subtítulos como «contra o socialismo marxista ateu», «Meloantunismo», «a denúncia da política marxista do MEIC», ficamos com umas luzes sobre o que é evangelizar. E que, afinal, nem todos os evangelistas, usam aquele fato preto (de justiceiro (ou de carrasco?)); uns usam farda e cara de pau, outros usam cassetetes, outros ostentam as panças e as bochechas, enfim, a arte de evangelizar está acessível a todas essas bondosas criaturas que nos oprimem, certamente para que sejamos melhor recompensados no outro mundo...

## dos trabalhadores



O avanço dos trabalhadores no sentido da revolução socialista exige um largo movimento com vários componentes. Uma delas os GDUP's

### ENTREVISTA — OS GDUP'S NO REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

# "Intensificar o trabalho unitário"

O «Revolução» entrevistou um camarada trabalhador membro do Secretariado do GDUP da TAP.

A necessidade do reforço da unidade e organização dos trabalhadores e o avanço da sua luta, põe como tarefa fundamental a organização e reforço de todo o grande movimento de massas que se gerou à volta da candidatura revolucionária de Otelo.

Quais as tarefas que os GDUP's deverão cumprir neste processo, a clarificação e concretização da alternativa que apresentam são pontos acerca dos quais foi feita esta entrevista.

#### COMO SE GEROU ESTE MOVIMENTO UNITÁRIO

**Rev. — Como se formou o GDUP da TAP e que actividades tem desenvolvido?**

**Trab. —** O GDUP da TAP começa em princípio de Maio, nasce de um Comité de Apoio à candidatura de Otelo, composto por militantes das organizações que apoiaram a candidatura e independentes.

Mais tarde o Comité transformouse (até para se evitar lutas sectárias) e GDUP saiu com o seu primeiro comunicado a 28 de Maio. Daí para cá desenvolvemos toda uma actividade durante a campanha, cumprindo essencialmente as tarefas de agitação e propaganda, alargamos o GDUP com a realização de plenários abertos na TAP, conseguimos a colaboração de camaradas ligados a outras organizações com outros candidatos, nomeadamente do PS e do PC, elaboramos uma folha informativa no sentido de divulgarmos todas as iniciativas, não só dentro da empresa, mas também das outras fábricas e bairros da nossa zona que é a zona de Moscavide — Olivais e temos tido intervenção nesta zona. Na TAP o trabalho não foi de forma nenhuma fácil, tivemos a oposição da comissão administrativa e da comissão de trabalhadores, toda ela enfeudada a uma linha partidária que apoiou, outro candidato e isso dificultou-nos um pouco o trabalho.

**Rev. — Podes fazer um pequeno balanço de como foi a construção de todo este movimento unitário dos trabalhadores?**

**Trab. —** Face à importância de todo este movimento popular e as suas tarefas prioritárias, era conveniente voltarmos atrás e verificarmos que após o golpe reaccionário de 25 de Novembro o movimento popular sofre um ligeiro retrocesso, que se acentua numa certa desmobilização dos seus órgãos representativos. Isto corresponde também a todo um avanço da direita, a um esquema de recuperação capitalista que se vai acentuando. Quando se chega às eleições presidenciais os vários partidos burgueses,

a direita conseguem arranjar o seu candidato e impunha-se aos trabalhadores a apresentação de uma alternativa revolucionária, um programa revolucionário que conseguisse unificar largas camadas do povo explorado deste País.

É neste contexto que aparece a candidatura de Otelo, a sua proposta política (as bases programáticas), à volta das quais se conseguiu um grande movimento da unidade, que não foi uma unidade à volta de partidos, mas sim à volta de um projecto de classe, dos trabalhadores, de um projecto no sentido da construção do socialismo.

**Rev. — Durante as eleições o reformismo combateu acerrimamente a candidatura de Otelo. Que pensas destes ataques?**

**Trab. —** Não podemos desprezar o reformismo que continua fortemente implantado no seio da classe.

O reformismo combateu a candidatura revolucionária de Otelo e por isso tivemos não só os ferozes ataques da direita fascista mas, também, da corrente reformista. No entanto, o projecto político à volta do qual todo este grande movimento unitário, a nível nacional, conseguiu fazer congregar imensas bases, não só do Partido Comunista, como também do Partido Socialista. Esta é a melhor resposta às calúnias do reformismo. É a alternativa que eles combatem que forja a unidade dos trabalhadores.

#### QUAL O FUTURO DOS GDUP'S

**Rev. — Que pensas quanto ao futuro dos GDUP's? Como devem avançar?**

**Trab. —** Todo este movimento para ser levado consequentemente à prática, não poderá cair num saco eleitoralista, terá que ser aplicado em todos os locais de trabalho e de habitação. Quer dizer, o projecto político que serviu de base aos GDUP's deve ser o programa a partir do qual os militantes da classe e os trabalhadores devem lutar em todos os locais.

É tarefa fundamental a unidade

dos trabalhadores, unidade na base à volta de um programa comum, de um programa revolucionário dos explorados deste país. É necessário que o comecemos a relacionar com todos os problemas concretos, que os GDUP's passem a actuar junto das organizações populares de base, não pretendendo substituí-las mas, lutar assim pelo seu fortalecimento.

Na minha opinião não há que dar um grande salto qualitativo. Para mim, existem a nível nacional um sem número de pró-GDUP's que, rapidamente, se terão que transformar em GDUP's, à volta dos problemas concretos, à volta da luta contra as medidas anti-populares do actual poder, à volta da luta contra o avanço do fascismo, pelo socialismo.

Para tal, penso que é urgente uma ampla discussão do programa que Otelo apresentou, discussão esta que desenvolva as bases programáticas ligando-as aos problemas concretos dos locais de trabalho e de habitação e que concretize melhor cada ponto das bases programáticas.

**Rev. — Portanto, tu falas em levar à prática e na concretização do programa apresentado por Otelo, da sua ligação aos problemas concretos dos trabalhadores. Pensas, portanto, que assim se poderá construir uma forte unidade revolucionária dos trabalhadores e avançar na luta antifascista e anticapitalista?**

**Trab. —** Neste momento o poder burguês avança com a repressão, por exemplo, legaliza o desemprego e o regresso dos fascistas saneados (respectivamente segundo os Decretos 530 e 471), neste momento pretende preparar pactos sociais para atar as mãos aos trabalhadores. A única alternativa para o movimento operário é avançar na organização unitária.

O reformismo tem combatido os GDUP's dizendo que eles provocam a divisão mas, como já foi dito, o que se verifica é que foi à volta deles que se criou este movimento unitário e este relançamento da luta, que foi à volta da candidatura de Otelo que se conseguiram unir as mais largas massas de trabalhadores, desde o PS e PC, até aos partidos que apoiaram a candidatura de Otelo.

**Rev. — Quais as tarefas que pensas que os GDUP's têm como prioritárias?**

**Trab. —** Neste momento, penso que há que travar uma grande batalha no sentido da consolidação daquilo que existe. Há que verificar a nível nacional aquilo que existe e eliminar tudo aquilo que não corresponde a um verdadeiro trabalho unitário no seio dos trabalhadores com militantes

de partidos ou sem eles. Há que combater a tendência para que os GDUP's se fechem em si, a existência de GDUP's fantoches e promover em cada GDUP a eleição dos seus órgãos representativos. (o Secretariado) para se avançar na criação de uma estrutura a nível tanto de zona ou concelho, como distrital e nacional.

#### OS GDUP'S DENTRO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

**Rev. — Como vêes o trabalho político dos GDUP's dentro do processo revolucionário, e as suas relações com as organizações populares de base?**

**Trab. —** Os GDUP's terão que ter uma intervenção muito grande junto das organizações populares de base. Há que dinamizá-las, fazer com que elas efectivamente representem a Assembleia de trabalhadores ou de moradores que as elegeu, fazer com elas de facto funcionem segundo os interesses dos explorados deste país.

Os GDUP's não se devem confundir com as CM's, CT's e Conselhos de Aldeia. Estes, são órgãos autónomos da classe, órgãos eleitos em plenário por todos os trabalhadores e moradores, o que não é a mesma coisa para um GDUP, isto sem falar nas tarefas distintas que ambos têm que cumprir.

O avanço dos trabalhadores no sentido da Revolução socialista exige um largo movimento com várias componentes: os GDUP's, a organização autónoma, os partidos e os militares revolucionários.

Em todo este movimento, é urgente termos em atenção é que o problema não é só dinamizar as organizações populares de base, deve-se lutar para que elas se coordenem entre si a vários níveis (zona, região e nacional).

Esta estrutura, evidentemente, não é a mesma dos GDUP's. Existe é uma relação dialéctica entre as várias componentes do movimento de massas.

**Rev. — Como vêes o trabalho a desenvolver para a preparação do Congresso dos GDUP's?**

**Trab. —** Em relação ao Congresso dos GDUP's, efectivamente há quem esteja muito apressado, há quem proteja a actividade diária dos GDUP's adiando tudo para o Congresso.

O Congresso é necessário no sentido da consolidação da implantação deste movimento unitário, da discussão à volta de uma alternativa política a seguir, mas ele terá que ser efectivamente representativo dos GDUP's.

Um Congresso que não tenha uma preparação em falso. A estrutura terá que ser efectivamente representativa, os GDUP's terão que se abrir ao máximo dando a possibilidade a que todos os trabalhadores, com ou sem partido, filiado em que partido for, possa trabalhar no GDUP, tem-se que desenvolver a discussão política dentro dos GDUP's para que assim se consiga eleger para os secretariados dos GDUP's os melhores militantes da classe, aqueles que têm mais capacidade de trabalho revolucionário.

**Rev. — Dentro das lutas a travar, qual pensas que deverá ser a actuação dos GDUP's face às eleições para as autarquias locais?**

**Trab. —** Essa é uma próxima etapa que pode significar uma revitalização de todo este processo.

Nas eleições para as autarquias locais os trabalhadores terão uma palavra a dizer, todo este movimento unitário terá novamente oportunidade de combater os seus inimigos de classe, de se reforçar.

## e a actualidade nacional

# A ilegalidade do 25 de Novembro denunciada pelos advogados dos militares

Os advogados dos militares que são acusados pelo poder de terem feito o golpe de 25 de Novembro, deram uma conferência de imprensa, para através dos órgãos de informação denunciarem as ilegalidades que têm sido cometidas pelas autoridades ao divulgar relatório e anexos do 25 de Novembro, e ainda o que esses anexos representam de violação à própria constituição e ao segredo de justiça.

Pires de Lima na sua intervenção, viria a falar nas várias fases de actuação que os advogados vão ter:

«A nossa actuação tem de se iniciar, em primeiro lugar pela satisfação ao público através dos órgãos de informação.

Depois, teremos que actuar perante a Ordem dos Advogados, anunciando o nosso propósito de também quebrar o segredo de justiça, há falsidades factuais nesses anexos, e há um recheio de relatos através de expressões de natureza subjectiva que não têm cabimento num processo desta natureza.

Em terceiro lugar temos uma actuação no próprio processo. Vai ser hoje mesmo requerida a nulidade deste relatório. Este relatório é uma peça nula, e não pode ter qualquer influência no julgamento destes homens».

## EXPOSIÇÃO À ORDEM DOS ADVOGADOS

Na exposição feita por estes advogados, à Ordem, na qual é anunciado o propósito de denunciar os atropelos constitucionais efectuados pela publicação do relatório e anexos, destacamos:

«Com tal publicação foi violentada a opinião pública, foi traída a confiança do povo nos representantes dos órgãos de soberania, foi ofendida a independência da Justiça e a soberania

dos Tribunais, foi violado o segredo de Justiça de instrução do processo, foram negadas as garantias do processo criminal, ofendidos o direito ao bom nome e o direito de defesa dos cidadãos e abusada a liberdade de imprensa.

Homens que são cidadãos em parte inteira, que prestaram provas de coragem e relevantes serviços ao Povo Português na luta antifascista, a quem se deve a vitória do 25 de Abril sobre o fascismo, são ofendidos na sua honra, na tentativa de os inutilizarem politicamente e militarmente.

Entre eles há até quem nas recentes eleições para a Presidência da República recebeu o apoio de cerca de um milhão de portugueses.

Os textos que sobre o 25 de Novembro acabam de ser publicados farão a prova de quem tem medo da Democracia.

Tem medo da Democracia quem quer explorar o silêncio forçado dos arguidos e dos advogados, para difamar uns e ofender a consciência profissional dos outros.

Manietados os arguidos no processo do 25 de Novembro pela norma que os impede de se pronunciarem sobre assuntos de natureza político-militar, fazendo a sua defesa pública;

Manietados os advogados pelo segredo da Justiça que resulta de terem conhecimento dos factos pelos interrogatórios a que assistiram, poderia parecer que a publicação dos textos atrás referidos ficaria sem resposta ou mes-

mo impune...

Não ficará sem resposta.

A nossa consciência de juristas impõe a denúncia dos atropelos constitucionais e legais que implicou a publicação dos textos designados «Relatório preliminar» e «Anexos do 25 de Novembro».

## A COMISSÃO DE INQUÉRITO E A REDE DE INFORMADORES

Na fase de perguntas, foi constatado por um dos jornais presentes, que para se possuir um relatório como o de 25 de Novembro, era necessário existir desde já uma rede de informadores ao nível das Forças Armadas. Foi

perguntado, se os advogados já teriam conhecimento de quem eram e se poderiam ter acesso a tal. Um dos advogados presentes, viria a esclarecer que uma das formas de ser tornado público seria através do julgamento, o qual como é óbvio não interessa ao actual poder, pois teria que mostrar essas caras. Foi constatado também por esse advogado, que em torno da Comissão de Inquérito, pode-se constituir uma rede de informadores de tal ordem, que poderá vir a ser utilizada para a formação de uma nova polícia política.

## EXIGIR OS JULGAMENTOS DE 25/11 E DE 11/3

«É necessário que seja conhecida urgentemente a decisão da Justiça. Se

# Sobre o anexo

O Anexo ao relatório Preliminar sobre o 25 de Novembro agora publicado mantém as características do relatório inicial, embora desenvolvidas, e dele tem o PRP a dizer que:

## O julgamento do 25 de Abril

1 — Este relatório constitui não apenas o julgamento do 25 de Novembro, mas sobretudo a avaliação e a incriminação do processo revolucionário pós-25 de Abril. Os autores do relatório colocam-se na posição da burguesia, que se sente ultrajada e aviltada em tudo o que são os seus privilégios, fortemente abalados por tudo quanto foi revolucionário a seguir à queda do fascismo. Tudo aquilo que é posto sob o título **causas próximas**, ao longo de todo o relatório não passa afinal do texto condenatório daquilo que foram as conquistas dos trabalhadores e daquilo que foi a transformação revolucionária das Forças Armadas. Preparam-se assim para julgar não apenas aquilo que eles consideram o 25 de Novembro, mas também o próprio 25 de Abril, o que decerto será feito se alguma vez se permitir que triunfem totalmente as forças que estão por trás deste relatório e do actual poder, apoiando-o umas mais abertamente, outras mais na sombra.

Ao longo do texto do relatório nota-se um maior despudor em considerar como inimigo tudo o que são comissões de moradores, comissões de trabalhadores, populações trabalhadoras em geral, comissões de soldados, das quais se fala com o ódio de quem está na classe oposta. E chega-se a dar como exemplo de desvario o facto de em Tancos ter sido fardado e armado um trabalhador de Riachos analfabeto, como se não tivesse acontecido durante treze anos terem sido enviados para África milhares de analfabetos fardados e armados. Mas nessa altura, decerto que não era perigoso para os autores do relatório, pois que esses analfabetos estavam sob ordens dos senhores da guerra e destinavam-se a matar africanos.

## Consequências das ilusões sobre o Exército Revolucionário

2 — Este relatório de nota não só como foi insuficiente o saneamento nas Forças Armadas mas também como era ilusória qualquer ideia de que se pudesse transformar num Exército Revolucionário, tendo a origem que tinham e mantendo a estrutura que mantinham. O facto de a maioria dos soldados se manter numa posição revolucionária e de numerosos comandos de uni-

dade terem igualmente feito uma opção revolucionária não eliminou o catácter burguês das Forças Armadas, a sua hierarquia, os seus valores. De tal modo, que permite que este relatório cite como nota de apoio à sua perspectiva o facto de na BA 6 no dia 25 de Novembro o plenário de oficiais ter reprovido a ocupação dos «páras» apenas com 4 votos contra e o plenário das praças ter aprovado essa mesma ocupação apenas com um voto contra. Efectivamente, para os autores do relatório estas são as Forças Armadas dos oficiais, da burguesia, aos quais devem obedecer as praças. E para eles tudo vai mal quando se passa ao contrário, porque segundo o estabelecido há os que nasceram para ser oficiais e para ser obedecidos e há os que nasceram para ser soldados e obedecer, sem que o critério seja nem o espírito revolucionário, nem a capacidade técnica, nem a capacidade de comando, mas sim a classe em que têm origem.

Agora, a direita tenta reconstituir a integridade das Forças Armadas, procurando sanear a oficialidade revolucionária; mas o que não consegue por mais que decreto, é a obediência cega dos soldados.



São os soldados de armas na mão e cravo ao peito, ao lado dos trabalhadores que a burguesia teme. Por isso este relatório constitui não apenas o julgamento do 25 de Novembro, mas sobretudo a avaliação e a incriminação do processo revolucionário pós-25 de Abril.

# tares



«As acusações dirigidas em relação ao Copcon e ao general Otelo são não só dirigidas a esse passado, mas procuram também visar o presente e o futuro, porque a direita teme a movimentação à volta daquele militar e a organização de unidade revolucionária suscitada por ela.»

a facção anti-25 de Abril, que promoveu esta peça, tem coragem — que faça o julgamento do 25 de Novembro, mas às claras, em tribunal aberto à opinião pública nacional e internacional.

E se para tal fôr preciso (em compensação como agora se tornou moda) — que se faça o julgamento do 11 de Março.

Que se façam os dois. Mas com urgência, antes que os mesmos pretensos defensores das «virtudes militares» nomeiem a «comissão de inquérito» ao 25 de Abril, — em que, conforme essa «comissão» objectivamente há de concluir, nunca estiveram envolvidos. Embora neste momento, e por enquanto, jurem a pés juntos que participaram desde a primeira hora, na preparação do Movimento.»

# do 25 de Novembro

## Transforma-se em ofensivo o defensivo

3 — Quanto aos acontecimentos do 25 de Novembro no que se refere às três forças há uma distorção que inverte o sentido dos acontecimentos. São descritas como acções ofensivas, as acções defensivas das várias unidades em relação ao golpe de direita que se estava a desenrolar. Transparece aliás que estas acções do pseudogolpe de esquerda não obedecem a qualquer plano comum nem a qualquer comando revolucionário. Trata-se de um desencadear de acções de defesa das várias unidades, visivelmente surpreendidas pela provocação de direita.

O golpe de direita era aliás preparado de longa data, como provam as recentes declarações de Pinheiro de Azevedo na conferência de imprensa do Jornal de Notícias no Porto, durante a qual revelou que meses antes do 25 de Novembro lhe fora mostrado o plano desse golpe militar através de um membro de grupo dos «nove», que no entanto não lhe disse quem era o autor desse mesmo plano.

O que se passou a 25 de Novembro foi um golpe da direita, um plano preparado meses antes e com um comando de direita que se estava a demeter antes.

A esquerda civil e militar tem que se precaver, porque novas provocações deste tipo podem ser feitas, visto que a burguesia tem necessidade de novos «25 de Novembro» para endurecer as suas posições e ganhar terreno no campo da repressão.

## Um «intenção» — incriminar Otelo

4 — Na secção do relatório relativa ao Copcon, tudo está construído e redigido para incriminar o general Otelo, como se se tratasse já de uma peça elaborada pelo advogado de acusação, no sentido do seu julgamento e incriminação.

Esquece-se que há época o general Otelo era o comandante operacional do continente colocado nesse posto pelos poderes constituídos, tendo portanto autoridade e capacidade de decisão para as acções que lhe são atribuídas. Prova-se-lhe que tenha comandado, dirigido, mandado, operações que lhe competiam. Os autores do relatório colocam-se numa perspectiva tal, que parece ter existido paralelamente ao poder real um outro poder de direita que na sombra controlava e vigiava.

As acusações dirigidas em relação ao Copcon e ao general Otelo são não só dirigidas a esse passado, mas pro-

curam também visar o presente e o futuro, porque a direita teme a movimentação desencadeada à volta daquele militar e a organização de unidade revolucionária suscitada por ela.

## A Polícia Secreta estava lá

5 — Há que concluir também da leitura deste relatório que existia um serviço de vigilância e policiamento secreto obedecendo pelos vistos a forças obscuras, que desde muitos meses antes do 25 de Novembro, observava, fiscalizava reuniões, registava quem nestas estava e no que nela se dizia, conhecia movimentações individuais e colectivas, fazia escutas telefónicas, de maneira a poder fazer neste relatório a descrição minuciosa dos acontecimentos. Este policiamento processa-se no próprio interior do poder. O que isto revela é de tal forma um atentado à liberdade de reunião, de expressão e de associação, que só não será escândalo para quem já estiver adormecido pelos novos ventos de Belém e S. Bento.

## A traição das cúpulas da Armada

6 — Não pode também deixar de notar o PRP que o relatório dá um tra-

tamento especial à Armada e que a parte que lhe diz respeito revela bem a traição das cúpulas daquele ramo das Forças Armadas, que, salvo raras e honrosas excepções, contribuíram bem para a vitória do golpe de direita, contrariando a vontade, a determinação e espírito revolucionário da quase totalidade das suas praças.

## Provocações ao P.R.P.

7 — Quanto às acções e implicações que são atribuídas ao PRP tem este partido a dizer que:

— Se acha no pleno direito de ter tido conversas, reuniões e convergência de opiniões com militares dos vários escalões das Forças Armadas, sem disso ter que dar conta aos poderes constituídos. Que se saiba também que ninguém ainda incriminou os srs. Mário Soares ou Sá Carneiro pelos seus múltiplos contactos e convergências, com variados militares de maior ou menor responsabilidade. E pergunta-se: há um critério para a esquerda e um outro para a direita?

— Quanto às espingardas metralhadoras G-3 de cujo desvio o capitão Fernandes tomou

responsabilidade pública, rejeita o PRP qualquer implicação nesse desvio de espingardas, que segundo foi dito foram entregues a «operários e camponeses». E o nosso partido convida a que se apresentem provas de que tais armas lhe fossem destinadas. E sendo entregues a «operários e camponeses» foram realmente entregues em «boas mãos» (o que aliás se prova pelo facto de nenhuma dessas armas ter sido apanhada em malfetorias) e estão em más mãos as armas que estando na posse do serviço de segurança do PS serviram para o caso criminoso da Standard Eléctrica e outros, assim como as armas vindas das colónias e desviadas pela direita, factos que o poder tem tentado abafar.

— Sobre a presença de dois dirigentes do PRP, Carlos Antunes e Isabel do Carmo, em plenários do GDACI e I Região Aérea, tem este partido e aqueles dirigentes a dizer que nunca estiveram em plenários de qualquer unidade e que a sua presença em relação aquela unidade ocorreu por duas vezes: uma na sala de um restaurante anexo, uma sessão aberta sobre os conselhos revolucionários; outra, efectivamente no GDACI, na messe dos oficiais para conversa e troca de pontos de vista

com o general Pinho Freire. Será isso que o relatório refere como «diversos plenários da unidade?».

— Quanto à alegada rede de rádio em posse do PRP tem negado este partido sucessivamente a sua existência, insistindo o relatório em afirmá-lo, mesmo depois de tanto este partido como a comissão de trabalhadores da firma Xavier de Lima terem afirmado que o uso dos rádios desta empresa de construção civil sim, mas não no 25 de Novembro, sim no 11 de Março contra o golpe fascista. Ou será que a defesa contra o golpe de 11 de Março também já é crime?

Tudo o resto que diz respeito à utilização dos rádios são afirmações do relatório que carecem de qualquer prova.

Conclui-se portanto que este relatório é mais uma peça provocatória, elaborada contra tudo o que é considerado esquerda (sintetizada na expressão PC/FUR/UDP, sabendo-se como se sabe que estas três organizações nunca andaram juntas) e contra tudo o que é organização de trabalhadores. É mais um suporte do novo poder, contra o qual os trabalhadores e os revolucionários têm de estar precavidos e organizados.

## dos trabalhadores



## NA UPEL

# O controlo operário em debate

Realizou-se na UPEL, na passada 2.ª-feira, um debate sobre o Controlo Operário.

Este debate foi iniciado por uma intervenção do camarada que o coordenou. Nessa intervenção o camarada referiu que:

«a primeira visão que se pode por ao controlo operário é se é possível o controlo operário. E pôr a questão do controlo operário implica pôr a questão do poder político. Quer dizer, sendo o controlo operário propagandeado como algo como uma vigilância dos trabalhadores no seu local de trabalho em relação ao patrão ou a quem faz a gestão da empresa. Não se põe nunca a questão do que é a tentativa de controlar um circuito muito restrito da economia, numa fábrica ou numa empresa, tem a ver com o controlo económico na globalidade, pôr a produção ao serviço de quem produz. Outras questões relacionadas com este assunto são: a tentativa de envolver os trabalhadores na fiscalização de contas e em questões marginais de gestão, tentativa que surgiu em muitas das empresas com a intervenção do Estado. Chamar representantes das Comissões de Trabalhadores a substituir os antigos órgãos oficiais tais como a Comissão Fiscalizadora de contas, e a tentativa também de formar através do chamado controlo operário, as coordenadoras do sector, (por exemplo a coordenadora da Metal-Mecânica pesada, a coordenadora da Indústria Têxtil, etc.) isto é, mais uma vez faz delegar as funções dos trabalhadores de uma fábrica em órgãos externos à fábrica, pretensamente ligados ao seu sector de actividade, mas que através de um forte poder comercial que lhe adviria da possibilidade de fazer a gestão da carteira de encomendas nacional, poderia privilegiar uma ou outra unidade industrial consoante os interesses par-

tidários.

Uma outra questão, que faz muita confusão é dizer-se que em algumas fábricas existe controlo operário. Aqui pode-se dizer que o controlo faz-se sobre algo que se deixa controlar política e economicamente. O que existe em algumas fábricas, é aquilo que se pode chamar gestão operária em fase embrionária. Mas isso não surge em empresas onde à data do 25 de Abril a situação não fosse pelo menos estável. Eram empresas em grandes dificuldades económicas, na generalidade os capitalistas deixaram-nas, levando aquilo que podiam contrabandear ainda, e ficando essas empresas entregues aos trabalhadores. Isto não é tanto um fenómeno de conquista dos trabalhadores no seu local de trabalho da gestão da fábrica, mas ficarem com ela nas mãos. A alternativa que se lhes punha era única e era de andar para a frente. Não se pode envolver, assim isto na tão falada questão do controlo operário».

## CONTROLO OU INGERÊNCIA

«Contudo penso que é correcto lançar a palavra de ordem do controlo operário, mas lançá-la no sentido de que os trabalhadores se apercebam, na prática do seu local de trabalho, de que esse controlo é impossível, sem pôr a questão do poder político.

O que é de defender em termos urgentes, é a questão da ingerência operária. Isto é, os trabalhadores não se devem sentir espartilhados por qualquer decreto ou lei que sai a dizer-lhes como é que eles devem controlar, devem sim, ingerirem-se constantemente até como prática, o que lhes permite aperceberem-se definitivamente de que a luta não é só contra o patrão, mas também contra o capital.»

Aberto o debate, um camarada da Sorefame descreveu a experiência relativa ao controlo operário que decorreu naquela empresa e onde denunciou as manobras reformistas aí tentadas e donde concluiu que «não é possível neste momento fazer o controlo operário. Controlar o capital neste momento, é impossível na medida em que o poder político central não pertence aos trabalhadores. É tentar controlar o incontrolável. O que é possível, é um amplo processo de discussão entre os trabalhadores, a partir dos problemas concretos de cada secção e de toda a fábrica, no sentido de dismantelar todo este esquema que, numa fábrica grande passa despercebido à maioria dos camaradas. Um trabalhador de uma determinada secção apercebe-se dos problemas dessa secção, mas é-lhe impossível abranger todo o esquema de organização da fábrica, esquema esse geralmente tecnocrático em que tudo é ultrapassado e escondido.

Quanto a nós o que é preciso agora, é começar a dismantelar tudo isso no sentido de perceber como é que se dá todo o processo de exploração e de saber como é que era possível inverter tudo isto».

Este camarada realçou ainda que um projecto proposto pelos reformistas e elaborado por altura de Maio tem todos os pontos de acordo com a «lei do controlo operário» que saiu agora. O que leva a concluir que o PC não está de modo nenhum contra essa lei, o que ele pretende é deslocar a discussão para a Assembleia da República para que aí ele possa intervir como cavaleiro andante defensor dos interesses dos trabalhadores.

## A CONTABILIDADE

Foi realçada ainda a questão da contabilidade. Normalmente existem

os chamados técnicos de contas, que como colaboradores, apresentam os relatórios de contas de tal maneira que só eles percebem os números que manipularam.

«Uma luta importante a conduzir

nas fábricas é exigir à administração que seja posta em termos escolares, o que é perfeitamente possível com gráficos, com esquemas, com desenhos se for possível».

Isto é extremamente importante pois retira ao capital uma das suas ferramentas, que é esconder coisas simples por traz do aparato técnicoista.

«Outro aspecto onde é preciso ingerir é na planificação do trabalho que na generalidade, é feita para esconder a incompetência de quem distribui trabalho.

Uma peça chega às mãos do operário sem que ele perceba donde vem, para onde vai, qual é a finalidade dela, qual a urgência.

Essa «planificação, tem de ser desmistificada pois, quando um operário faz qualquer coisa sobre a planificação do trabalho dizem-lhe sempre que «lá de cima é que mandam».

## OUTRO PONTO IMPORTANTE DA INGERÊNCIA OPERÁRIA

«É no aspecto comercial, onde se apercebe claramente a exploração a que os trabalhadores estão sujeitos.

Os trabalhadores descobririam que existem uns senhores na empresa que ao princípio do ano passam dias a fazer contas para meter tudo o que é o gasto da empresa, os gastos parasitários, os luxos, etc., em cima do valor das horas de trabalho.

Outra coisa fundamental a ser feita pelos camaradas das empresas é uma análise do que é essa empresa: qual é o seu capital, como é constituído, como é deslocada a mais-valia.»



**OLHÃO — FÁBRICA CRISTINA**

# A nível nacional a luta das conserveiras pelo C.C.T.

O «Revolução» deslocou-se à fábrica Cristina em Olhão, onde contactou com camaradas operárias que estavam de piquete.

Já no último número, o «Revolução» publicou uma reportagem da luta das operárias conserveiras de Matosinhos. Esta nova reportagem é, assim, um complemento à anterior, para se dar uma imagem da luta que as operárias conserveiras desenvolvem a nível nacional.

**Revolução — Quais são os objectivos da luta?**

**Trab. —** A luta é pelo Contrato Colectivo de Trabalho, pelas férias e pelo subsídio de férias.

**Revolução — Vocês agora só estão a trabalhar 4 dias. Porquê?**

**Trab. —** Eu penso que não há peixe. Mas também penso que o patrão tenha mais biqueirão em casa para dar trabalho. Não dá porque não quer ou não tem pressa com o serviço.

**Revolução — Tem saído mercadoria?**

**Trab. —** Olhe, esteve cá ontem um senhor (não sei se será patrão, se será empregado, ele tinha jeito de patrão) que dizia que vinha buscar 30 caixas de conservas que já tinha pago há semanas ao patrão. Nós não deixámos levar, pois não tínhamos nada a ver que ele já tivesse pago, porque

nós também estávamos à espera das férias e o patrão ainda não as tinha dado.

Nós estamos mesmo na disposição de não deixar sair nada.

Antes de iniciarmos esta forma de luta já saíram 800 caixas. Desde o dia em que começámos a luta, não saiu mais nada, até que os patrões venham negociar o contrato.

Ainda ontem, os membros do sindicato foram a Setúbal e os patrões não apareceram para se fazer a negociação. Como esta já aconteceram várias.

**Revolução — O patrão tem vindo cá?**

**Trab. —** Ele ainda ontem cá esteve e nós estivemos a discutir com ele as nossas reivindicações. O que ele nos respondeu é que «não há pão partido», quer dizer que é tudo só

para ele.

Ele disse-nos que ainda não fumou um cigarro com dinheiro que ganhasse daqui, então houve uma operária que lhe disse que ele não fumava cigarros mas fumava charutos.

**Revolução — Vocês têm tido informações de como decorre a luta nas outras empresas, não só de Olhão mas de todo o País?**

**Trab. —** Está tudo a não deixar sair mercadoria e a fazer abaixamento de produção. Estamos todos em contacto com os sindicatos (Setúbal, Matosinhos, daqui). É a nível nacional que se está a desenvolver a luta.

**Revolução — Quais têm sido as reacções do patrão?**

**Trab. —** Antigamente eu cheguei a trabalhar 13 horas de pé, o Verão inteiro. Eles, os patrões, queriam era ganhar 3 ou 4 mil contos e no fim estávamos à espera que eles nos dessem 50\$00 no dia da festa para a gente comer, e no Inverno não davam nada.

Eles estavam habituados à mama. Nós queremos férias, queremos tudo aquilo a que temos direito e eles começam a dizer que não têm dinheiro.

**3.º Trab. —** Eu já lhe disse a ele que se a gente não trabalhasse uma

ou duas semanas não tínhamos para comer, ao passo que ele tinha para comer um ano ou dois.

**1.º Trab. —** A indústria de conservas é das que têm dado mais dinheiro ao País, porque é que a gente somos tão mal pagos?

**2.º Trab. —** Os patrões diziam que só queriam ir para as negociações depois do 15 de Julho, está-se mesmo a ver, é porque nessa altura já lá está o Ramalho Eanes, que está do lado deles.

**1.º Trab. —** Para nós isto é mesmo assim. Enquanto os patrões não assinarem o contrato nós não deixamos sair mercadoria e continuamos a baixar a produção. Nas outras empresas também estão quase todos de acordo. Há algumas operárias que não estão de acordo, pensam que assim lambem as botas ao patrão e que depois é melhor para elas.

**4.º Trab. —** Nós queremos trabalho a 45 horas por semana, salário mensal (5600\$00), subsídio de férias e férias e o 13.º mês, mas eles não querem.

Eles querem é assim: se houver trabalho ganha-se, se não houver não se ganha. Eles querem é voltar ao 24 de Abril ou pior.

**Revolução — Vocês têm tido dificuldades em fazer os piquetes?**

**2.º Trab. —** Aqui nós estamos unidas. Nós fazemos os piquetes todas as noites. Algumas dizem que não podem vir porque os maridos não as deixam.

**Revolução — Então e os maridos não têm vindo ajudar?**

**2.º Trab. —** Não, eles dizem que têm de ir trabalhar no outro dia de manhã e por isso têm de dormir. Mas a gente também trabalha. Dormimos é aqui ao relento.

**GDUP DE BROTAS**

## Dar provas do que valem os trabalhadores

Casos como este que o comunicado do Secretariado do GDUP de Brotas mostra, existem muitos, nesta altura, no Alentejo.

A solidariedade dos trabalhadores agrícolas das Cooperativas em relação a este pequeno agricultor que até é daqueles que anda a caminho de Rio Maior, é um bom exemplo da prática revolucionária dos trabalhadores rurais do Alentejo em relação aos pequenos camponeses.

«Esperemos que Srs. como estes meditem, e venham ao nosso encontro».

Na passada quinta-feira, dia 8/7/76, houve mais uma baixa na maior colheita da história de Portugal. Pois uma máquina quando fazia a colheita de cereal numa propriedade de um pequeno agricultor, conhecido por Paló, produziu uma faísca que originou a propagação de um enorme incêndio, queimando assim a maior parte de uma seara de trigo. Devido ao vento que se fazia sentir na altura, era impossível às centenas de pessoas que ali se deslocaram, chegarem próximo das chamas, continuando a arder assim o precioso produto porque tanto lutamos. De vários pontos o fumo foi avistado, chegando a cada momento, mais pessoal disposto a socorrer a seara.

Compareceram no local, praticamente todos os elementos da Cooperativa Agrícola Brotense e tractores equipados com escarificadores, a vizinha cooperativa do Peso, enfim, todos os que podiam arrojár os pés combatiam as chamas, conseguindo-se ao fim de longa luta dominar o fogo.

Queremos salientar que o sr. Paló sempre foi dos homens da freguesia que nunca aceitou uma reforma agrária, uma democracia, ou seja a vontade do povo trabalhador; e

sr. que caminha para Rio Maior, acompanha os CAP's enfim é um explorado da reacção.

Pois a socorrer a sua seara só se viu foi o povo trabalhador, os trabalhadores das cooperativas que expuseram as vidas e máquinas perante as enormes chamas, e esses CAP's onde estavam? Concerteza em qualquer salão de luxo, vivendo à custa do nosso suor. Ou será que eles são alérgicos ao trabalho?

— Camaradas, ofereceremos sempre os nossos préstimos.

— Entremos em solidariedade com os pequenos e médios agricultores.

— Façamos-lhe ver que a vontade popular é maior que todos os reacçãoários juntos.

— Esperemos que srs. como estes meditem, e venham ao nosso encontro.

— Estivemos quinta-feira ao lado de quem nos calunia diariamente.

— E estaremos, sempre que for preciso.

— Vamos dar-lhes provas daquilo que valem os.

**SECRETARIADO do Grupo Dinamizador de Unidade Popular de BROTAS**  
Britas, 11/7/76.

**FÁBRICA DE PRODUTOS ESTRELA**

## Apoio às conserveiras e às operárias da Gador

A Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Produtos Estrela, Lda. depois de consultar os trabalhadores aprovou duas moções, uma de solidariedade com as operárias conserveiras em luta e, outra, com as operárias da Gador que passamos a transcrever:

**MOÇÃO**

A Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Produtos Estrela, reunida em 16/7/76 e depois de consulta feita aos trabalhadores da empresa, decidiu aprovar uma moção de apoio à justa luta das camaradas da Fábrica «Gador» de Lordelo do Ouro.

- Fora com a canalha que explora quem trabalha!
- Contra a exploração capitalista!
- Pelo controlo operário!;
- Pelos CCT!
- PELA REVOLUÇÃO!
- PELO SOCIALISMO!

**MOÇÃO**

A Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Produtos Estrela, reunida em 16/7/76 e depois de consulta feita aos trabalhadores presentes, decidiu aprovar uma moção de apoio à justa luta das CONSERVEIRAS contra o patronato reacçãoário.

- Fora com a canalha que explora quem trabalha!
- Contra a exploração capitalista!
- Pelo controlo operário!
- Pelo CCT!
- Pela Revolução!
- Pelo Socialismo!

## dos trabalhadores

# Complexo O aldeamento turístico da Arrancada no impasse de Sines: um cancro!

... A Mompur é uma empresa que está debaixo da alçada de uma multinacional francesa e americana que dá pelo nome de Tecnip que é a bem dizer o patrão de todas as empresas que neste momento funcionam na construção da refinaria de Sines.

A administração desta empresa fez uma contraproposta em relação ao leque salarial proposto pelos trabalhadores na qual baixava 3 por cento a partir de encarregados para baixo, o que imediatamente foi repudiado pelos operários uma vez que eles acham e bem, que os 3 por cento devem atingir todos os trabalhadores da empresa, tendo sido estas as causas pela qual os trabalhadores de Sines entraram em greve.

... Depois de estarmos com a comissão central cerca de 1 hora, uma das conclusões a que chegámos conjuntamente com esses trabalhadores é que o complexo de Sines é um autêntico cancro por:

... inicialmente o projecto estava orçamentado em 10 milhões de contos e neste momento, pensa-se que virá a custar 22 a 23 milhões;

... de notar que alguns pilares que sustentam as tubagens já cederam com o peso destas, e isto ainda sem as ramais estarem lá a correr e sendo altamente inflamáveis. Ora isto só revela das duas uma: ou erros no projecto concedidos por engenheiros estrangeiros, ou na execução do referido projecto, cuja coordenação está a cargo de uma firma estrangeira, a Tecnip. Sendo de prever face a isto novos encargos na reparação e rectificação da construção logo de início deficiente. Depois de os trabalhadores portugueses terem sido lançados sem possibilidades de escolha num empreendimento que se revela extremamente caro, é altura de nos interrogarmos, acerca de quais os interesses daqueles que detêm o poder de decisão, uma vez que, para além da saída de divisas, para pagar a técnica estrangeira, quando a nacional nos parece perfeitamente à altura do empreendimento.

Outro dos pontos que há a ver é a nossa independência económica em relação ao estrangeiros reforçada em 2 pontos:

... aquisição de matéria-prima (petróleo que não produzimos) e na venda dos excedentes produzidos (a capacidade de produção da refinaria ultrapassa largamente as necessidades do mercado nacional).

É fácil de prever, em face da experiência do pós-25 de Abril, boicotes na venda dos produtos aí produzidos, caso Portugal enverede por uma política anti-imperialista consequente.

**NOTA:** Parece estranho que nesta empresa os técnicos, ou melhor, os engenheiros sejam de origem estrangeira, sabendo que em Portugal há uma grande dificuldade de colocação de técnicos formados em engenharia.

Não será isto mais uma manobra para a saída de divisas?

O Aldeamento Turístico da Arrancada (Alcantarilha) propriedade inicial de António das Neves Leitão, constituído por vivendas com capacidade para 56 pessoas, 30 suites em construção, que dará uma capacidade de 116 pessoas ao aldeamento, restaurante, bar, discoteca, minigolf, piscina, campos de ténis, parque infantil, e zona não explorada mas própria para a agricultura.

Essencialmente constituído para servir a classe exploradora de Portugal e do estrangeiro, onde era negada a entrada às massas trabalhadoras e até à pequena e média burguesia pois o portão encontrava-se fechado, só sendo aberto a quem os «senhores» pretendiam.

O «Revolução» entrevistou três camaradas trabalhadores do aldeamento que descreveram o seu processo de luta.

**REV. — Como começou a vossa luta? Porque foram para a autogestão?**

**TRAB. —** O aldeamento foi alugado por contrato de arrendamento à firma de construções Lapinha que se propôs explorá-lo, ficando António Leitão responsável pela construção das 30 suites num prazo determinado. Dado o não cumprimento do contrato havido, Lapinha abandona o Aldeamento e os trabalhadores. O mesmo vem a acontecer com António Leitão que deixa cerca de 7000 contos de dívidas e, a determinada altura, passa cheques sem cobertura aos trabalhadores para pagamento de salários em atraso.

As lutas desde Novembro de 1974 com as várias entidades patronais e o abandono destes, força os trabalhadores a entrarem em autogestão em Abril de 1975 por isso, em plena época fraca do turismo. No entanto, graças à determinação de alguns trabalhadores e pelo controlo eficaz das comissões de trabalhadores, que se vêm a braços com falta de dinheiro e também com divisões internas, algumas de tendências patronalistas, conseguem chegar ao Verão. Com a baixa do custo diário no valor de 100\$00 o aldeamento vê-se pela primeira vez com grande percentagem de trabalhadores.

Na mesma altura, são abertos os portões para que os trabalhadores ali tenham entrada.

**REV. — Como se passaram as coisas no Verão?**

**TRAB. —** A época forte passa sem quaisquer problemas. Estes só vêm a surgir em Setembro quando os trabalhadores colocam a si próprios duas hipóteses: 1.ª — Voltar à exploração patronal; 2.ª — Pedir o apoio estatal. A segunda é a escolhida. Dirigem-se por isso à CAETA — Comissão Administrativa para as Empresas Turísticas do Algarve — órgão estatal que informa os trabalhadores que não é possível o apoio estatal dado que existe uma firma proprietária do Aldeamento desde Abril de 1975, pelo que se deve estabelecer contactos com os novos patrões. Esta posição da CAETA vem provocar novas divisões. Desenvolvem-se vários esforços para se saber o que se passa em relação à propriedade do aldeamento e, chega-se à conclusão que fora vendido em Abril de 1975 a uma empresa portuguesa denominada Quintela e Cabral Lda., que é adquirida na mesma altura por uma família de origem moçambicana-paquistanesa (que possuía uma rede de supermercados («Mealheiro do Lar») que, por ocupação dos trabalhadores se tornou em cooperativa).

Entretanto, o sindicalista José Maria Cabrita das Neves pertencente ao sindicato, entra no jogo, e leva o patronato a uma reunião com os trabalhadores. Aí eles prometem tudo!

Em Novembro de 1975, a família Ha-

bib «lembra-se» que possui um aldeamento há 8 meses e ocupa-o, isto com a convicção da CAETA, e do elemento do sindicato.

**REV. — Como explicaram o «esquecimento» de 8 meses?**

**TRAB. —** O patronato disse desconhecer a existência dos trabalhadores e que unicamente comprara o activo do aldeamento. Comprometia-se a acabar as 30 suites e demais obras e pagar os ordenados em atraso. Nada cumpriu até agora quando já são passados 7 meses e, ainda, vendeu 2 cavalos e diverso material de bar propriedade dos trabalhadores (conforme carta enviada a Lapinha em que lhe era dado um prazo para retirar todo o material de que era proprietário, a partir do qual tudo seria pertença dos trabalhadores), como também se apoderou do dinheiro em caixa e que pertencia aos trabalhadores em autogestão pois tinha sido ganho durante esse período.

**REV. — O que é que se passou depois?**

**TRAB. —** A partir desta data o aldeamento passa a ser propriedade da

Quintela e Cabral Lda., estavam cumpridos os anseios dos trabalhadores de tendência patronalista, do sindicalista José Maria Cabrita das Neves que despreza a sua classe para ser lambe-botas do patronato como bom traidor, ainda da CAETA que tudo fez para que os trabalhadores não tivessem outra alternativa senão o patronato e, o sindicato que nada fez de apoio aos trabalhadores.

No tempo que decorreu desde Novembro até agora o patronato mais não tem feito que destruir o aldeamento, criando impasses entre trabalhadores, não cumprindo o que prometera, não atendendo justas reivindicações instigando uns trabalhadores contra os outros, intrigas, subornação, instigação à desordem, colocar retornados que ocupam a lotação do aldeamento contra trabalhadores por actos de violência e, por último, oferece dezenas de contos a retornados para agredirem alguns trabalhadores principalmente a comissão e o delegado sindical do aldeamento.

Se tem havido um organismo oficial que tivesse desenvolvido eficazmente medidas dignas, analisando o relatório completo dado pelos trabalhadores à CAETA, levando em linha de conta o desespero dos trabalhadores em luta dentro de um processo revolucionário, concerteza que este aldeamento não teria somente 14 trabalhadores mas sim 40 ou 50. O que o organismo oficial fez não foi mais que dar de mão beijada o aldeamento a um patronato reaccionário e fascista, que não se sabe se neste momento são os verdadeiros proprietários, pois através de trespasses consecutivos e de processos menos explícitos têm deixado os trabalhadores sem nada saberem, caindo-se assim num verdadeiro impasse, perante a passividade do sindicato e dos organismos oficiais que nada fazem e nada dizem.

## CONFLITO NO AC

# Dez trabalhadores suspensos pela comissão administrativa

A suspensão de 10 trabalhadores do Secretariado do Conselho de Trabalhadores do AC, pela Comissão Administrativa ameaça agudizar o contencioso que de há longe vem opondo os trabalhadores à mesma.

Esta suspensão está na base da ocupação de uma sala pelo CT para o exercício das suas funções (cujo direito é previsto na lei sindical e que a constituição reconhece às CT). Esta sala tinha sido recusada, «invocando a falta de espaço» o que não corresponde à verdade, mas cuja EXPLICAÇÃO É MESMO DADA POR UM ELEMENTO DA Comissão Administrativa quando há dias afirmou «que cedia uma sala nas instalações do Foguetiro e que era bom que o CT fosse para lá porque ficavam longe deles e os incomodavam menos».

Parante este abuso da autoridade, a solidariedade dos trabalhadores não se fez esperar e logo assim se realizaram plenários nas diversas obras onde os trabalhadores exigiram o levantamento das suspensões dando um prazo até às onze horas de segunda-feira (19) e a partir do qual os trabalhadores baixariam a produção e estudariam novas formas de luta a tomar.

A luta que os trabalhadores do AC vêm travando já vem de longe.

Assim, perante as arbitrariedades cometidas dentro da empresa, nas administrações, reclassificações e transferências de pessoal na recusa de pagamento dos dias de greve a alguns trabalhadores, o abuso de autoridade, assim como a má utilização dos recursos da empresa, a falta de materiais nas obras, o desleixo da utilização e manutenção da maquinaria, etc. em suma a má administração que põe em

causa o emprego de 2700 trabalhadores.

Face à actual situação os representantes dos trabalhadores tentaram confrontar a Comissão Administrativa com os trabalhadores nas obras. Os administradores recusaram comparecer. Os plenários efectuaram-se ainda assim e por maioria foi decidido enviar uma carta aberta à CA, denunciando a sua actividade.

Ao boicote e à tentativa de silenciar a voz dos trabalhadores e destruir a sua organização — «não permitir poderes paralelos» na firma segundo a Comissão Administrativa — os trabalhadores do AC saberão avançar na luta contra a ofensiva do capital e estão dispostos ao que der e vier não permitindo que as suas organizações unitárias e de base sejam destruídas, nem que a recuperação capitalista seja feita à custa do seu suor.

# Morreu Mário Santucho comandante chefe do ERP

Duas operações simultâneas das forças militares da ditadura reaccionária argentina, conseguiram liquidar importantes membros da direcção política e militar do PRT-ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores — Exército Revolucionário do Povo).

A primeira operação desencadeada na provincia de Buenos Aires no passado dia 19, conseguiu cercar a casa em que se encontrava o secretário-geral do PRT e comandante do ERP, Mario Roberto Santucho. Outro importante dirigente do PRT, Enrique Gorriarán Merlo, que havia fugido em 1972 junto com Santucho da prisão de Trelew, também foi assassinado no combate efectuado contra o cerco das forças repressivas argentinas.

O secretário-geral do PRT e comandante do ERP, Mario Roberto Santucho largou fugir da prisão de Trelew em 1972, ano de duríssima repressão da ditadura Lanusse, e chegar ao Chile. Esta operação das forças revolucionárias custou a vida de muitos militantes que foram vítimas de um fuzilamento arbitrário no aeroporto de Trelew. Este assassinato ficou conhecido internacionalmente e valeu o repúdio das forças progressistas e revolucionárias do mundo inteiro, Roberto Santucho, Gorriarán e outros companheiros revolucionários, conseguiram chegar num avião no aeroporto de Pudahuel em Santiago do Chile. Porém companheiros de luta

não conseguiram quebrar o cerco militar estabelecido em volta do aeroporto e vieram a render-se depois de garantias dos militares argentinos, entre estes companheiros encontrava-se a companheira de Santucho. As forças militares reaccionárias da ditadura de Lanusse não vacilou em fuzilar os revolucionários que acordaram render-se.

Mario Santucho e Gorriarán chegaram ao Chile, onde foram saudados pelas forças revolucionárias chilenas numa grande manifestação popular. Porém não viriam a ficar no Chile da Unidade Popular, dado as pressões das forças políticas de direita e dos elementos das Forças Armadas. Então os companheiros dirigiram-se para a República Socialista de Cuba, de onde voltaram para se integrar na luta revolucionária de seu país.

Mario Santucho e os militantes do PRT-ERP não ficaram isolados da luta revolucionária, voltaram a actuar na luta clandestina contra as forças da direita reaccionária, contra a ditadura militar. Nesta época, em 1972, o PRT-ERP ainda constituía um movimento mais débil que hoje, conseguindo organizar-se nas duras condições impostas depois de 1973, quando entra e sai o presidente Hector Campora, dando lugar a Peron. Hector Campora chegou a aministiar alguns revolucionários argentinos libertados pelas massas populares.

## OS GUERRILHEIROS MORREM COMBATENDO

Santucho e Gorriarán, na ocisão em que perderam a vida, foram atacados por centenas de militares do Regimento 601 no bairro de Villa Martelli em San Martin, não conseguindo furar o cerco, antes de serem liquidados pelas forças repressivas, deram morte, ainda, a vários agentes da ditadura militar. Entre os agentes que foram mortos pelos companheiros encontrava-se um capitão Juan Carlos Leonetti e dois suboficiais.

No momento em que as forças repressivas da ditadura efectuavam o cerco, Santucho e Gorriarán encontravam-se reunidos, prontamente reagiram ao cerco militar imposto disparando tiros de metralhadora.

Na segunda operação levada a cabo pelas forças reaccionárias em La Plata, na localidade de Gonnnet perderam a vida mais cinco quadros dirigentes do PRT-ERP entre os quais encontravam-se os membros do «bureau» político Domingos Mena e Benito Urteaga e outros que desconhecemos a identidade.

## AS DIFICULDADES E A REARTICULAÇÃO DO PRT-ERP

A morte de Mario Santucho, Gorriarán, Domingos Mena, Benito Urteaga e outros importantes elementos da direcção político-militar do PRT-ERP significa uma grande perda para o movimento operário e popular argentino. O PRT-ERP é uma força revolucionária que passou por duras provas na luta de guerrilhas contra as forças da ditadura militar, porém, hoje, se encontrará com graves problemas de rearticulação e reorganização de sua direcção político-militar. Porém, a luta revolucionária, não pode parar, esta está organizada em várias frentes. Em Tucuman os guerrilheiros continuam aumentando o seu poder e vigor contra as forças repressivas da ditadura e já lá passam dois anos. Na frente de massas o PRT encontra-se suficientemente implantado para reorganizar-se a curto prazo.

E indubitável que esta perda de militantes revolucionários é uma vitória



MARIO ROBERTO SANTUCHO

das forças da ditadura militar argentina, porém, o movimento revolucionário não deixa de crescer, sobretudo com a experiência revolucionária dos companheiros argentinos. As forças repressivas procurarão de todas as formas isolar o PRT-ERP do movimento popular e das forças políticas internacionais que prestam a sua solidariedade e apoio a luta revolucionária que ali se desenvolve. É evidente que esta campanha de desmoralização e isolamento já começa a sentir-se, já várias vezes os militares argentinos tentaram isolar os revolucionários. O caso mais recente foi a demonstração dos MONTONEROS contra o Departamento da Polícia Federal. Esta acção mostrou que o movimento revolucionário argentino não está inactivo.

Por outro lado, o reformismo, a mais recente «concepção hegemónica» derrotada na América Latina, no Brasil, no Chile, na Argentina, no Peru, buscará tirar desta derrota os «bons ensinamentos para a classe operária latino-americana». Porém, para os revolucionários está claro que apesar das derrotas do movimento revolucionário, derrotas que são pontuais, o reformismo já não tem mais lugar na América Latina. Esta lição tirámos da recente experiência do «modelo peruano», liquidada devido às fortes «conciliações» e aos ataques sucessivos que os PCs latino-americanos e também europeus (ler «O Diário») fizeram e continuam a fazer contra a esquerda revolucionária.

A luta na Argentina continua, o movimento revolucionário reorganizar-se-á com mais firmeza e determinação. O movimento operário e popular saberá combater com decisão e sem quartel as forças repressivas da ditadura e do imperialismo.

PÁTRIA OU MORTE, VENCEREMOS.  
COMPANHEIROS DO PRT-ERP  
HASTA LA VICTORIA. SIEMPRE



No. 47 lunes 13 de enero de 1975 \$ 2,00

EDITORIAL

**¡RESPONDER  
AL TERROR  
CON LA  
JUSTICIA  
REVOLUCIONARIA!**

## Comunicado do PRP

O PRP considera a morte de Santucho, secretário-geral do PRT-ERP, uma grave perda para os camaradas argentinos e para o movimento revolucionário mundial. A morte de Santucho, caído no combate assim como outros revolucionários argentinos, significa a disponibilidade para cada revolucionário de dar vida para combater o inimigo e pelo triunfo da revolução.

Mas estamos certos que o PRT-ERP continuará a sua luta e que outros homens virão para a batalha, continuar o combate. Na Argentina, em Portugal, em todo o mundo, por cada homem que cai caem muitos outros se levantam.

A LUTA CONTINUA  
(secretariado político do PRP)

## EDITORIAL

Enquanto a burguesia se prepara para ir remediando a situação, à espera de aparelhar um exército bom servidor os revolucionários encontram-se em situação de também medir forças, e de se organizarem para uma fase que mais tarde será de confronto.

Eanes investe Rocha Vieira como chefe do Estado-Maior do Exército, fazendo assim uma concessão aos moderados e pronuncia-se claramente sobre o que pensa da hierarquia e disciplina do exército, que, quanto a ele, ainda não estão restabelecidas.

Este restabelecer da hierarquia e da disciplina é efectivamente o grande quebra cabeças da burguesia, da direita e daqueles que necessitam dum suporte armado para defender um poder autoritário. E a sua confessada insuficiência neste aspecto, tem sido a nossa possibilidade de ter espaço de manobra e de ganhar tempo para nos organizarmos para o confronto com aqueles que quererão instalar um poder violento. O mesmo não sucedeu aos chilenos, cuja burguesia pôde fazer o golpe fascista num só tempo, uma vez que dispunha de um exército profissional intacto e de uma policia intacta.

É neste compasso de espera que o PS vai reinar, num governo condenado a cair pela falência, não por fatalismo ou destino, não por ser PS, mas porque se vai enquadrar no Imperialismo, vai endivinhar à «Europa conosco», vai aprofundar as causas da nossa crise económica, que têm que se encontrar na nossa profunda dependência. Este é o governo de ligação a uma Europa que só estará conosco enquanto dai tirar dividendos, não já provisoriamente económicos, mas de dominação política. Este é o governo que procurará formas mais ou menos subitas de exercer a repressão sobre os trabalhadores, necessária para aumentar a exploração. Isto aqui não é a Holanda nem a Suécia, aqui as migalhas que sobram para o proletariado não dão para nada e um governo social-democrata não vai coincidir com os risonhos governos social-democratas dos Países Nórdicos.

Este é no entanto o governo dum compasso de espera, que existirá com o CDS dum lado, a dizer que dentro em breve será a força política mais importante em Portugal e com os revolucionários e os trabalhadores do outro a medirem as forças para o confronto.

Enquanto Mário Soares «perdoará» a Spínola e o vai instalar em Portugal a aconselhar e a organizar a direita, esta prepara-se para aquela situação de que fala a anedota: «ELP no poder, MDLP no Governo, CDS na oposição esquerda e PPD na clandestinidade»...

E perante isto os trabalhadores e os revolucionários com a responsabilidade nos braços de encontrar respostas orgânicas e táticas para a situação.

A resposta orgânica tem de passar pela unidade revolucionária e foi encontrada no Movimento de Unidade que engloba os GDUPs, os partidos, os militares progressistas e as organizações populares de base que aderirem ao seu programa. Esta larga unidade tem de ser praticada sem sectarismos, permitindo a muitos militantes do PS e do PC (cujo voto exprimi a sua discordância da direcção) a muita gente sem partido, que se enquadram numa organização simultaneamente de base e coordenada, simultaneamente com características de frente de massas, mas com programa. Em relação a este Movimento de Unidade, os partidos revolucionários têm de ser capazes de abdicar da sua autopropaganda como partidos, do seu sectarismo, do seu jogo de capelinhas, para assim concorrerem para a posterior criação dum grande partido revolucionário, que se forjará na luta, na unidade e na convergência de vários partidos. Mas nem tudo são rosas, porque alguns haverão que não pensam assim e mais uma vez procuram tirar do Movimento dividendos para o seu partido, como o tentaram tantas vezes fazer com as Comissões de Moradores e de Trabalhadores, liquidando muitas vezes movimentações que de início se mostravam cheias de boas perspectivas. Em relação a isto há que manter um debate ideológico que permita salvaguardar o Movimento e separar o trigo do joio. Por outro lado há que encontrar tarefas para o Movimento que não sejam simples actividades de política abstracta, mas que se reportem a problemas concretos das massas. Porque é à volta dos problemas concretos que a organização cresce e se fortalece. As eleições para as autarquias podem ser uma boa oportunidade para tratar exactamente desses problemas concretos.

# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DNG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

## CASA DE ANGOLA E DETA

### Bombas e "liberdade e segurança"

Rebentou cerca das 23H45m de 20 de Julho um engenho explosivo de forte potência nas instalações onde funcionou a Casa de Angola.

Esta bomba é mais um exemplo da «segurança» que os grupos terroristas fascistas dispõem para as suas acções contra-revolucionárias, e da liberdade com que se pavoneiam nas ruas, escrevem nos jornais e destroem tudo o que significa as grandes vitórias do povo português. É a «liberdade em segurança» que nos querem impôr.

A este respeito divulgou a Casa de Angola o seguinte comunicado:

«A Associação Portugal-Angola vem pública e frontalmente repudiar o atentado bombista que as forças da reacção perpetraram contra a Casa de Angola e não pode deixar de evidenciar que ele, mais uma vez, se integra numa textura política definida, para a qual já há muito chamámos a atenção das autoridades nacionais:

Em primeiro lugar, a orquestrada campanha das forças mais reaccionárias contra o governo de Angola, cuja expressão corrente tem sido possível verificar em importantes órgãos de co-

municação social.

Em segundo lugar, os atentados cometidos contra as instalações onde funcionam as Associações de Amizade com os povos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, sem que as entidades governamentais tomassem sequer a mais pequena atitude de protesto e tivessem tomado, até hoje, as providências requeridas em defesa da sociedade democrática que se pretende edificar.

Em terceiro lugar, o facto de ter vindo a Lisboa uma delegação angolana para contactos officiosos com as autoridades portuguesas com vistas à rápida normalização das relações entre o nosso governo e o governo de Angola, e tal perspectiva não servir evidentemente os interesses da reacção que não perdeu tempo em tornar a manifestar-se da maneira mais covarde e criminosa.

Em quarto lugar, o facto de, horas antes, as direcções das Associações de Amizade com Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, numa conferência de imprensa, terem tornado público a realização de próximas jornadas de solidarieda-



Bomba na DETA

Pouco depois das 1h30m os terroristas fascistas fizeram deflagrar uma bomba nas instalações da DETA Companhia aérea moçambicana, na R. Joaquim Augusto de Aguiar, em Lisboa.

Este atentado contra as instalações da DETA é mais uma provocação ao povo português e aos povos dos novos países africanos que se libertaram do colonialismo português pela via da guerra revolucionária, é uma provocação à amizade e solidariedade forjada na luta comum entre o povo de Moçambique e Portugal.

Os terroristas-fascistas têm as costas quentes, têm a «liberdade em segurança» para actuar.

1 — Protestando energicamente contra mais este atentado e a complacência manifestada, até agora, pelas autoridades portuguesas diante das acções criminosas praticadas.

2 — Exigindo que se tomem imediatas providências que impossibilitem a continuação do terrorismo que visa, fundamentalmente, destruir os laços de amizade existentes entre o povo português e os povos das antigas colónias.

3 — Exigindo que os seus autores sejam exemplar e definitivamente punidos.»

## MERCADO DO POVO

### Jornadas de solidariedade com os Novos Países Africanos

Vão realizar-se nos próximos dias 23, 24 e 25 de julho, no Mercado do Povo, as jornadas de amizade e solidariedade com os novos países africanos, promovidas pelas Associações de Amizade de Portugal-Guiné-Bissau, Portugal-Cabo-Verde, Portugal-Moçambique e Portugal-Agola.

Estas jornadas inserem-se num esforço

pela divulgação das conquistas alcançadas pelos povos da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe, no desmascaramento das calúnias lançadas pela imprensa reaccionária, no aprofundamento das relações de amizade e solidariedade na luta comum pela libertação do Homem, pelo socialismo.

**AMIZADE E SOLIDARIEDADE**

ANGOLA  
CABO VERDE  
GUINÉ BISSAU  
MOÇAMBIQUE  
S. TOMÉ E PRÍNCIPE

**23/24/25 DE JULHO**